



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024**



## Sumário

Balanço Patrimonial .....	3
Demonstração do Resultado do Exercício .....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	5
Demonstração do Valor Adicionado .....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	7
1. Contexto operacional .....	8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras .....	9
3. Políticas contábeis e correção de erros.....	12
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	12
5. Clientes.....	13
6. Créditos tributários.....	15
7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos .....	16
8. Créditos diversos .....	16
9. Ativo não circulante mantido para venda .....	16
10. Depósitos judiciais e recursais.....	17
11. Créditos realizáveis a longo prazo.....	17
12. Imobilizado.....	18
13. Intangível .....	19
14. Consignações.....	20
15. Tributos e encargos sociais.....	20
16. Obrigações a pagar .....	21
18. Benefícios a empregados.....	22
19. Participação nos lucros ou resultados .....	23
20. Dividendos e Juros sobre capital próprio .....	23
21. Outras obrigações.....	24
22. Obrigações tributárias.....	24
23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais.....	24
24. Benefício a empregados - Pós-emprego.....	27
25. Patrimônio líquido.....	33
26. Resultado do exercício .....	36
27. Partes relacionadas .....	44
28. Outras notas explicativas .....	49
29. Cobertura de seguros.....	51
30. Condições específicas do Serpro .....	52

## Balço Patrimonial

em R\$ mil

Ativo	NE	Dez/2024	Dez/2023
<b>Circulante</b>		<b>3.121.605</b>	<b>2.780.076</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.924.576	1.975.185
Ativos financeiros		988	1.039
Créditos a receber		1.175.562	802.041
Clientes	5	811.358	608.287
Créditos tributários	6	235.463	100.141
Ressarcimento de pessoal	7	54.374	57.616
Créditos diversos a receber	8	74.367	35.997
Outros Ativos		348	149
Ativos mantidos para venda	9	20.131	1.662
<b>Não Circulante</b>		<b>1.807.222</b>	<b>2.017.121</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>910.354</b>	<b>1.080.658</b>
Depósitos judiciais e recursais	10	419.620	417.579
Ressarcimento de pessoal		277.972	279.825
Créditos tributários diferidos	26	90.259	268.869
Créditos realizáveis a longo prazo	11	122.179	114.060
Outros ativos		324	325
Imobilizado	12	817.478	842.561
Intangível	13	79.390	93.902
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.928.827</b>	<b>4.797.197</b>

Passivo	NE	Dez/2024	Dez/2023
<b>Circulante</b>		<b>1.229.876</b>	<b>1.018.624</b>
Consignações	14	81.133	67.000
Tributos e encargos sociais	15	98.460	128.647
Depósitos diversas origens		2.252	891
Obrigações a pagar	16	1.048.031	822.086
Fornecedores		391.306	279.520
Pessoal	17	430.752	390.644
Benefícios a empregados	18	15.200	15.263
Participação nos lucros/result.	19	43.043	28.565
JSCP / Dividendos	20	163.237	107.059
Outras obrigações	21	4.493	1.035
<b>Não Circulante</b>		<b>971.052</b>	<b>1.842.355</b>
Obrigações tributárias	22	59.646	60.982
Provisões trab, cíveis, admin e fiscais	23	666.897	1.095.244
Benefícios pós-emprego	24	244.013	685.633
Outras obrigações		496	496
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>25</b>	<b>2.727.899</b>	<b>1.936.218</b>
Capital		1.786.196	1.786.196
Reservas		915.072	543.034
Reservas de reavaliação		90.877	92.926
Reserva Legal		162.730	128.472
Reservas de retenção		432.933	321.636
Dividendos adicionais propostos		228.532	0
Outros resultados abrangentes		26.631	(393.012)
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.928.827</b>	<b>4.797.197</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas (NEs)

## Demonstração do Resultado do Exercício

em R\$ mil

	NE	Dez/2024	Dez/2023
Receita operacional líquida	26.2	3.925.711	3.215.018
Custo dos serviços prestados	26.3	(2.261.507)	(1.828.004)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.664.204</b>	<b>1.387.014</b>
Despesas/Receitas operacionais	26.3	(1.053.039)	(1.006.619)
Despesas com vendas		(245.194)	(247.216)
Despesas gerais e administrativas		(785.981)	(756.893)
Outras despesas e receitas operacionais		(21.864)	(2.510)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>611.165</b>	<b>380.395</b>
Resultado financeiro	26.4	183.993	246.641
Receitas financeiras		211.902	272.524
Despesas financeiras		(27.909)	(25.883)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>795.158</b>	<b>627.036</b>
Imposto de renda e contribuição social	26.5	(110.002)	(176.262)
Correntes		(17.817)	(159.895)
Diferidos		(92.185)	(16.367)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>685.156</b>	<b>450.774</b>

## Demonstração do Resultado Abrangente

em R\$ mil

	Dez/2024	Dez/2023
Resultado Líquido do Período	685.156	450.774
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	419.644	(68.012)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(51)	188
Passivo Atuarial - EFPC Serpros	540.079	(219.462)
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros	(75.135)	30.045
Passivo Atuarial - PAS/Serpro	(44.516)	139.716
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro	7.429	(18.499)
Passivo Atuarial - Programa de Demissão	(9.538)	0
Tributos Diferidos sobre Programa de Demissão	1.376	0
<b>Resultado Abrangente no Período</b>	<b>1.104.800</b>	<b>382.762</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

em R\$ mil

	Dez/2024	Dez/2023
<b>Lucro antes da tributação do IR e CS</b>	<b>795.158</b>	<b>627.036</b>
Depreciação e amortização	227.237	189.792
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.340)	30.403
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas	(18.985)	2.350
Provisões benefício pós-emprego	44.405	52.330
Resultado de <i>softwares</i> desenvolvidos	(1.938)	(11.315)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(7.738)	95.716
Receitas Financeiras	(8.120)	(18.506)
Resultado com Provisões tributárias	120.493	(137.926)
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	21.812	107
<b>Lucro ajustado</b>	<b>1.131.984</b>	<b>1.019.239</b>
<b>Varição em ativos e passivos operacionais</b>	<b>(704.369)</b>	<b>(99.012)</b>
Contas a Receber	(159.699)	(55.383)
Pessoal a Pagar	59.181	(3.061)
Fornecedores	107.127	(39.080)
Obrigações Tributárias/Imunidade	(529.298)	(16.815)
Outras variações do imobilizado	(65.972)	113.411
Outras variações	(115.708)	(98.084)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.739)	(29.252)
Juros Pagos	6.657	12.921
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>354.533</b>	<b>903.896</b>
Imobilizado	(125.912)	(291.210)
Intangível	(15.632)	(11.631)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(141.544)</b>	<b>(302.841)</b>
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(263.598)	(486.613)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(263.598)</b>	<b>(486.613)</b>
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa no período</b>	<b>(50.609)</b>	<b>114.442</b>
<b>Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.975.185</b>	<b>1.860.743</b>
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.924.576</b>	<b>1.975.185</b>

## Demonstração do Valor Adicionado

*em R\$ mil*

Geração do Valor Adicionado	Dez/2024	Dez/2023
<b>Receitas</b>	<b>4.415.924</b>	<b>3.730.644</b>
Receita Operacional Bruta	4.458.139	3.805.343
Resultado com créditos a receber	40.340	(30.403)
Descontos Concedidos	(3.003)	(864)
Vendas Canceladas	(81.601)	(43.892)
Outros valores (AEA e Realização Reservas)	2.049	460
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(798.943)</b>	<b>(502.321)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>3.616.981</b>	<b>3.228.323</b>
<b>Retenções</b>	<b>(285.794)</b>	<b>(294.831)</b>
Depreciações e Amortizações	(227.237)	(189.792)
Resultados com Ações Judiciais	(58.557)	(105.039)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>3.331.187</b>	<b>2.933.492</b>
<b>Recebido de terceiros</b>	<b>211.902</b>	<b>272.524</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>3.543.089</b>	<b>3.206.016</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	2.161.740	1.919.687
Governo (Impostos e Contribuições)	670.845	816.331
Capitais de Terceiros	16.641	5.844
Acionistas (Dividendos e JCP)	169.894	119.979
Lucros Retidos	523.969	344.175
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>3.543.089</b>	<b>3.206.016</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

em R\$ mil

	Capital	Reservas			Dividendos	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção				
<b>Saldo em 31 de dez/2022</b>	1.061.005	93.386	105.933	725.191	356.948	-	(325.001)	2.017.463
Aumento de Capital	725.191			(725.191)				-
Lucro Líquido do Exercício						450.774		450.774
Constituição de reservas			22.539	321.636		(344.175)		-
Realização de Reserva de Reavaliação		(460)				460		-
Dividendos Pagos					(356.948)			(356.948)
Juros sobre Capital Próprio Creditados						(107.059)		(107.059)
Outros Resultados Abrangentes							(68.012)	(68.012)
<b>Saldo em 31 de dez/2023</b>	1.786.196	92.926	128.472	321.636	-	-	(393.013)	1.936.218
Lucro Líquido do Exercício						685.156		685.156
Dividendos Adicionais requeridos				(149.882)				(149.882)
Constituição de reservas			34.258	261.179		(295.437)		0
Realização de Reserva de Reavaliação		(2.049)				2.049		0
Dividendos e JCP Creditados						(163.236)		(163.236)
Dividendos Adicionais propostos					228.532	(228.532)		0
Outros Resultados Abrangentes							419.644	419.644
<b>Saldo em 31 de dez/2024</b>	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.631	2.727.899

## 1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

O SERPRO completou seis décadas em 2024 transformando tecnologia em pontes, aproximando pessoas e encurtando distâncias, promovendo inclusão e inovação. A empresa está em constante processo de renovação e atualização diante dos desafios. Com uma trajetória de grandes realizações e grande sucesso, o SERPRO foi pioneiro e passou por todas as fases da digitalização do país. Nas décadas de 60 e 70, com os primeiros computadores; na década de 80, com os computadores pessoais; nas décadas de 80 e 90, com as primeiras comunicações em rede e aparecimento dos telefones celulares; e nos anos 2000, com o surgimento dos smartphones. Em 2020, um grande aparato tecnológico está à disposição para sustentar o governo federal e para sustentar, também, na empresa, as aplicações e os clientes tanto públicos quanto privados.

O SERPRO é composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil. Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. Assim, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

Os indicadores macroeconômicos influenciam diretamente o orçamento do governo federal para a execução de investimentos e para o custeio da atividade governamental. Com efeito, o governo perde sua capacidade de investimentos e custeio, representando riscos à operação dos atuais negócios do SERPRO, que possui concentração na pauta governamental.

O SERPRO, como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de

produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

### **2.2 Emissão e divulgação**

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2024, encerrado em 31 de dezembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 05 de fevereiro de 2025.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

#### **2.3.1 Mensuração do valor justo**

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

### **2.4 Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no exercício. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

#### **2.4.1 Moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.4.2 Apresentação pelo valor líquido**

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

## 2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

## 2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

## 2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas a períodos anteriores podem ser reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, se não afetar a tomada de decisão empresarial para a administração. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas. Sempre que houver tal expediente, será apresentado nas notas explicativas.

## 2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1.1
Depreciação/Amortização	12 e 13
Provisões Judiciais e Administrativas	23
Benefícios a Empregados	24
Impostos Diferidos	26.5.4

## 2.10 Principais eventos com impacto no resultado em 2024

### 2.10.1 Imunidade Tributária e Encontro de Contas

Desde 2019, os benefícios obtidos com a imunidade tributária recíproca aplicada ao ISS, ao PIS-PASEP e à COFINS, tributos incidentes sobre as receitas de prestação de serviços, foram registrados contabilmente como passivo de

modo a atender eventual necessidade de recolhimento aos fiscos nos casos de decisões provisórias obtidas por antecipação de tutela, ou, devolver valores aos clientes nos casos de reconhecimento administrativo definitivo ou de decisão judicial transitada em julgado. Com o êxito das decisões e com a redução de risco observada junto aos fiscos, no exercício de 2023, os valores provisionados foram reclassificados para obrigações administrativas junto a clientes. Conforme intenção declarada na nota explicativa 27.2.4 do exercício 2023, a Administração adotou ao longo de 2024 a estratégia de negociação específica dos saldos com cada cliente, levando em consideração tanto a regularização de valores a receber junto a cada órgão, bem como a garantia de continuidade de prestação de serviços no exercício, haja vista o cenário de restrição orçamentário enfrentado por alguns destes clientes. Tal movimentação gerou uma redução de R\$ 535 milhões do valor do passivo, utilizado como encontro de contas conforme abaixo:

Cliente	Desconto em serviços correntes	Recuperação de valores em aberto	Total
RFB	421.359	19.022	440.381
PGFN	23.833	19.230	43.063
MGI (considera antigo M. da Economia)		51.435	51.435
<b>Total</b>	<b>445.192</b>	<b>89.687</b>	<b>534.879</b>

## 2.11 Situação da Imunidade Tributária

Desde que o Serpro obteve decisão favorável do Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 2.658, em abril de 2018, esta empresa pública federal vem implementando gradativamente os efeitos do reconhecimento da imunidade tributária recíproca junto aos Fiscos Federal, Estadual e Municipal.

Com o objetivo de mitigar riscos tributários e perda financeira relacionados, o Serpro iniciou o processo de implementação da imunidade tributária de forma cautelosa e conservadora, buscando, como primeira alternativa, o envio de comunicação administrativa ao Fisco. Somente após o indeferimento do pedido de reconhecimento administrativo da imunidade tributária, ou diante de sua ausência em manifestar-se, é que o Serpro buscou a via judicial para o pleito.

Atualmente a imunidade tributária do Serpro encontra-se na seguinte situação:

Decisão	Fisco envolvido
Judicial - Transitado em Julgado	<b>Fisco Municipal:</b> Brasília, Porto Alegre (IPTU), Florianópolis, Belém, Maceió, Macapá, Curitiba e Recife.
Judicial - Antecipação de Tutela	<b>Fisco Municipal:</b> Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Vitória, Aracajú, Boa Vista, Cuiabá, Manaus, Palmas e Porto Velho.
Administrativa - Decisão Definitiva	<b>Fisco Federal:</b> Receita Federal do Brasil ( <i>passível de comprovação de requisitos, SC 301/2023</i> ). <b>Fisco Estadual:</b> Rio Grande do Sul. <b>Fisco Municipal:</b> Porto Alegre (ISS), Campo Grande, Goiânia, Natal e Rio Branco.
Administrativa - Decisão Provisória	<b>Fisco Municipal:</b> São Paulo.
Aguardando decisão (Imunidade não implementada)	<b>Fisco Estadual:</b> São Paulo, Mato Grosso e Bahia. <b>Fisco Municipal:</b> João Pessoa, São Luiz e Teresina.

### 3. Políticas contábeis e correção de erros

#### 3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa. Cálculos e julgamentos realizados no mesmo período do ano anterior somente foram modificados em relação à estimativa de valores a devolver da imunidade tributária, conforme nota 2.11.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Caixa/ Bancos	200.809	24.888
Aplicação financeira	1.723.767	1.950.297
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.924.576</b>	<b>1.975.185</b>

#### 4.1 Bancos contas movimento

O valor de R\$ 200,8 milhões se refere, em ampla maioria, aos recebimentos de clientes públicos e privados, decorrentes das operações comerciais da Empresa.

#### 4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial	958.703	991.594	1.950.297
Aplicações	1.584.285	765.725	2.350.010
Resgates	(1.322.892)	(1.365.105)	(2.687.997)
Rendimento Líquido	60.340	51.117	111.457
<b>Saldo Final</b>	<b>1.280.436</b>	<b>443.331</b>	<b>1.723.767</b>
Rentabilidade no ano	9,2149%	9,2059%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução BCB 3.284 de 2005, o saldo de R\$ 1,7 bilhão está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB), com posição de dezembro de 2024. Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC. Os fundos apresentam rentabilidades equivalentes. A diferença observada na rentabilidade média entre os dois fundos decorre da maior movimentação observada nas aplicações e resgates do fundo BB FAE.

### 4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

	Dez/2024	Dez/2023
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	3.222.475	3.410.901
Ressarcimento de pessoal requisitado	234.621	263.147
Rendimento de aplicações financeiras	141.467	185.431
Outros recebimentos	154.156	138.188
Tributos e encargos	(284.073)	(229.574)
Pessoal e encargos	(2.465.496)	(2.283.533)
Sentenças judiciais	(98.996)	(105.935)
Pagamentos a fornecedores	(549.621)	(474.729)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>354.533</b>	<b>903.896</b>
<b>Atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(141.544)	(302.841)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(141.544)</b>	<b>(302.841)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(263.598)	(486.613)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(263.598)</b>	<b>(486.613)</b>
<b>Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(50.609)</b>	<b>114.442</b>
<b>Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.975.185</b>	<b>1.860.743</b>
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.924.576</b>	<b>1.975.185</b>

## 5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Créditos a receber a faturar	173.894	170.862
Créditos a receber de clientes a vencer	224.433	305.251
Vencidos até 30 dias	15.706	40.277
Vencidos de 31 a 60 dias	169.416	21.791
Vencidos de 61 a 90 dias	156.706	25.707
Vencidos de 91 a 180 dias	79.806	25.107
Vencidos de 181 a 365 dias	13.578	19.944
Vencidos mais de 365 dias	74.167	195.643
<b>Créditos a receber</b>	<b>907.706</b>	<b>804.582</b>
Perdas Incorridas	(29.462)	(114.528)
Perdas Estimadas	(52.626)	(71.706)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.260)	(10.061)
<b>Total</b>	<b>811.358</b>	<b>608.287</b>

## 5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes. Por fim, permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

### 5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida	Total
Saldo em Dez/2023	71.706	114.528	186.234
Constituição	145.891	34.562	180.453
Reversão	(164.971)	(119.628)	(284.599)
<b>Saldo em Dez/2024</b>	<b>52.626</b>	<b>29.462</b>	<b>82.088</b>

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$ 52,6 milhões) e das perdas incorridas (R\$ 29,5 milhões), perfazendo um total de R\$ 82,1 milhões.

A redução de R\$ 104,1 milhões (de R\$ 186,2 milhões em 2023 para R\$ 82,1 milhões em 2024), se deu em razão de dois fatores principais, ambos relacionados aos clientes públicos: o pagamento de faturas em atraso e o 'Encontro de Contas', em que o Passivo de Imunidade Tributária a devolver a tais clientes foram aproveitados no abatimento ou baixa de valores em aberto (inclusive em atraso) desses mesmos clientes.

### 5.1.2 Redução ao valor recuperável de clientes

Os R\$ 14,3 milhões registrados decorrem do registro de redução de ativo (R\$ 4,4 milhões) relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, também é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

Os R\$ 5,7 milhões registrados decorrem da identificação de consumos anômalos ao longo de 2023, situação regularizada durante o exercício de 2024. O consumo anômalo se caracteriza quando a utilização de determinado serviço por um cliente extrapola significativamente sua utilização histórica. É comum que a extrapolação de fato não represente a utilização do serviço, gerando questionamentos por parte do cliente.

Ambos os valores são reduzidos daqueles que, por cumprirem os requisitos, constituírem a PECLD.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Consumo anômalo	0	5.684
Multas e juros	14.260	4.377
<b>Total</b>	<b>14.260</b>	<b>10.061</b>

## 6. Créditos tributários

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
<b>Tributos Federais – IRPJ e CSLL</b>	<b>227.226</b>	<b>90.775</b>
IR e CSLL a recuperar/compensar	215.033	210.559
IRRF a compensar	30.010	40.013
IRPJ a recolher	-	(84.976)
CSLL a recolher	(17.817)	(74.821)
<b>Tributos Municipais</b>	<b>8.237</b>	<b>9.366</b>
ISS a compensar	8.226	9.355
INSS a compensar	11	11
<b>Total</b>	<b>235.463</b>	<b>100.141</b>

Em relação ao IRPJ a Recolher, a variação observada no saldo, de R\$ 84,9 milhões em 2023 para R\$ 0,0 no ano atual, está relacionada ao Prejuízo Fiscal e Base Negativa do Imposto de Renda na apuração de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa 26.5.2. Em relação ao IRRF a Compensar, a variação observada (de R\$ 40,0 milhões para R\$ 30,0) decorre da redução dos rendimentos de aplicações financeiras ao longo do ano (Nota 26.4), o que naturalmente reduz o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

O ISS a compensar (R\$ 8,2 milhões) se refere às retenções efetuadas por clientes públicos no Distrito Federal (DF). Uma vez que o Serpro possui reconhecida a imunidade no DF, há o direito ao ressarcimento dos valores.

## 7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo com base no Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de dezembro de 2024, o SERPRO contava com 1.401 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Ressarcimento - Folha de pagamento	54.322	57.564
Provisões ACT	0	0
Ressarcimento - Sentenças judiciais (a)	52	52
<b>Total Circulante</b>	<b>54.374</b>	<b>57.616</b>
Ressarcimento - Sentenças judiciais (b)	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas (c)	122.330	124.183
<b>Total Não Circulante</b>	<b>277.972</b>	<b>279.825</b>

A Nota explicativa sobre Partes Relacionadas (Nota 27) apresenta mais informações acerca das transações que envolveram Pessoal de Serviço Externo (PSE).

## 8. Créditos diversos

O saldo de R\$ 74,4 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes de: adiantamento a fornecedores (R\$ 28,5 mi); folha de pagamento (R\$ 20,8 mi); e plano de saúde de empregados que estão fora da folha de pagamento (R\$ 13,8 mi).

## 9. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Alta Administração. Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

### 9.1 Imóveis mantidos para venda

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Não Circulante Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação é de R\$ 36,4 milhões.

Ressalta-se que, até então, constava registrado também o Galpão de Taguatinga DF. Por decisão da Gestão, o imóvel não será mais vendido, razão pela qual retornou para o ativo imobilizado.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Galpão - Taguatinga DF	1.720	(58)	1.662

## 10. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Depósitos judiciais e recursais	419.436	417.395
Ações fiscais	184	184
<b>Total</b>	<b>419.620</b>	<b>417.579</b>

### 10.1 Depósitos Judiciais e recursais

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, todas as contas se concentram na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil.

As contas judiciais, compostas também pelos depósitos recursais posteriores à reforma trabalhista (estes, no importe de R\$ 28,6 mi), totalizam R\$ 419,6 milhões. A distribuição por faixas de valor se dá conforme quadro a seguir.

Descrição	Valor
Maior que R\$ 2mi	184.510
De R\$ 1mi a R\$ 2mi	53.944
De R\$ 500mil a R\$ 1mi	39.328
De R\$ 250mil a R\$ 500mil	51.728
Até R\$ 250mil	89.926
<b>Total</b>	<b>419.436</b>

Quanto aos depósitos recursais (R\$ 28,8 milhões) anteriores à Reforma Trabalhista, encontram-se integralmente depositados na Caixa Econômica Federal, em conta vinculada ao FGTS do Trabalhador.

## 11. Créditos realizáveis a longo prazo

O valor de R\$ 122,2 milhões, atualizado até dezembro de 2024, refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 31/12/2024 é de R\$ 294,8 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é de 394º, no encerramento de 2024.

## 12. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Quadro de movimentação do Ativo Imobilizado.

	Edifícios		Terrenos	Obras em Andam.	Instalações		Benfeitorias em propriedades de terceiros		Bens Móveis		Total	
	Ativo	Deprec.			Ativo	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo
Saldo dez/2022	148.606	(46.253)	66.430	21.731	143.228	(134.103)	1.817	(1.813)	1.273.584	(655.912)	1.655.396	(838.081)
Adições				3.686					178.500		182.186	0
Baixas				(693)					(135.909)	135.219	(136.602)	135.219
Transferências/Ajustes				(7.550)	7.550				(170)	(4)	(170)	(4)
Depreciação		(1.858)				(5.238)		(4)		(148.283)	0	(155.383)
Saldo dez/2023	148.606	(48.111)	66.430	17.174	150.778	(139.341)	1.817	(1.817)	1.316.005	(668.980)	1.700.810	(858.249)
Adições	971			6.716					203.703		211.390	0
Baixas									(38.100)	36.030	(38.100)	36.030
Transferências/Ajustes	(7.162)	964	(12.272)	(4.894)	1.815	(353)			(1.037)	(38.139)	(23.550)	(37.528)
Depreciação		(1.889)				(905)				(170.530)	0	(173.325)
Saldo dez/2024	142.415	(49.036)	54.158	18.996	152.593	(140.599)	1.817	(1.817)	1.480.572	(841.620)	1.850.550	(1.033.072)

O Serpro vem renovando seu parque tecnológico ao longo dos últimos anos. Destacam-se os investimentos em Equipamentos de TI (grupo Bens Móveis), que atingiram patamar superior a R\$ 200 milhões em 2024 (linhas "Adições", coluna "Ativo"). Ainda no grupo de Bens Móveis, a movimentação da linha "Transferências/Ajustes" é justificada pelas correções identificadas ao longo do ano em trabalho de avaliação dos ativos imobilizados, que soma R\$ 19,8 milhões; enquanto outros ajustes relacionados a bens móveis não depreciados somaram R\$18,2 milhões, totalizando ambos os ajustes R\$ 38,1 milhões. Quanto às transferências ocorridas nas contas de Edifícios e Terrenos, onde um imóvel foi colocado à venda, enquanto outro que estava à venda, retornou ao Imobilizado, o que justifica a movimentação observada na linha "Transferências/Ajustes".

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

### 13. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos *softwares* desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Entradas/ Amortização			
	Dez/2023	Amortização	Baixas	Dez/2024
<b>Softwares</b>	<b>765.188</b>	<b>25.070</b>	<b>(6.057)</b>	<b>784.201</b>
Adquiridos	734.581	20.819	0	755.400
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	0	24.550
Em construção	0	1.938	0	1.938
Estoque interno	6.057	2.313	(6.057)	2.313
<b>(Amortização acumulada e Perdas estimadas )</b>	<b>(671.286)</b>	<b>(33.525)</b>	<b>0</b>	<b>(704.811)</b>
Softwares adquiridos	(668.331)	(27.291)	0	(695.622)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(2.391)	(6.234)	0	(8.625)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
<b>Valor Líquido</b>	<b>93.902</b>	<b>(8.455)</b>	<b>(6.057)</b>	<b>79.390</b>

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

## 14. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Previdência social	17.821	16.509
Pensão alimentícia	46	50
IRRF	48.185	42.475
Tributos federais retidos	7.082	1.794
ISS	1.114	338
Plano de previdência e assistência médica	292	220
Entidades representativas de classes	1.061	173
Empréstimos, retenções e consignatários	5.532	5.441
<b>Total</b>	<b>81.133</b>	<b>67.000</b>

## 15. Tributos e encargos sociais

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Passivo Fiscal Diferido	19.369	44.170
PASEP / COFINS a recolher	48.271	34.469
CPRB a recolher	4.817	25.520
FGTS	16.677	14.774
ISS a recolher	9.286	8.576
Outros tributos	40	1.138
<b>Total</b>	<b>98.460</b>	<b>128.647</b>

Os destaques referem-se à redução do Passivo Fiscal Diferido e à CPRB. Quanto ao primeiro, refere-se à movimentação gerada em razão do encontro de contas ocorrido ao longo de 2024. Em relação ao segundo, o saldo no encerramento do exercício reduziu em razão da revisão da base de cálculo no final do ano, o que gerou créditos então abatido no último mês do ano.

Cumpramos ressaltar que de acordo com a Lei nº 14.973/2024, regulamentada pela RFB através da IN 2.242/2024, a reoneração gradual da folha de pagamento ocorrerá ao longo dos anos, sendo que em 2025 a alíquota prevista é de 3,6% de CPRB (ante 4,5% atuais) e de 5% de Contribuição Previdenciária Patronal - CPP sobre a folha de pagamento (ante 0% atual). Nos próximos anos a alíquota da CPRB chegará 0 (zero) e da CPP chegará a 20%.

## 15.1 Passivo Fiscal Diferido

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
IRPJ/ CSLL	-	20.095
Demais Tributos s/ Receita Bruta	19.369	24.075
<b>Total</b>	<b>19.369</b>	<b>44.170</b>

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS. A redução observada na linha IRPJ/CSLL decorre das movimentações ocorridas na apuração dos Tributos Diferidos, conforme descrito na Nota 26.5.4.

## 16. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 391,3 milhões, resultado das operações comerciais do Serpro, e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 430,8 milhões, conforme detalhamento nas Nota Explicativas seguintes.

### 16.1 Fornecedores

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Fornecedores	391.306	279.520

A variação observada decorre do aumento dos gastos de custeio para fazer frente à expansão dos serviços prestados pelo SERPRO ocorridos em 2024.

## 17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Férias	248.218	221.631
Licença prêmio	178.865	164.484
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	3.665	4.525
<b>Total</b>	<b>430.752</b>	<b>390.644</b>

A variação observada entre dez/2023 e dez/2024 (R\$ 40,1 milhões) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição de valores a pagar de férias e licença prêmio. Estes, como demonstrado, respondem por R\$ 427,1 milhões do saldo total. Por representarem passivo atrelado à folha de pagamento, o aumento das despesas de pessoal decorrentes de Acordo Coletivo de Trabalho e crescimento vegetativo, é refletido nas obrigações a pagar.

## 18. Benefícios a empregados

### 18.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com **autonomia** administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido-BD	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

#### 18.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	1.856	1.918
Outros Valores	-	1
<b>Total</b>	<b>15.200</b>	<b>15.263</b>

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

## 18.2 Assistência à Saúde

Oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, pelo Programa de Assistência à Saúde PAS SERPRO.

### 18.2.1 Custeio do benefício de assistência à saúde

O SERPRO mantém como boas práticas medições dos custos dos benefícios de assistência à saúde dos empregados, por meio de controles internos e indicadores implantados, incluindo o custo para a Estatal desses benefícios.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Utilização do Plano de Saúde	328.739	277.650
Despesas Administrativas	44.134	38.517
<b>Total dos gastos</b>	<b>372.873</b>	<b>316.167</b>
Participação dos Empregados	222.973	203.820
Participação Empresa	149.900	112.347
<b>Total das participações</b>	<b>372.873</b>	<b>316.167</b>

### 18.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE (sodexo)	Empregados: R\$ 1.180,80 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2023/2024 Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

### 18.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

## 19. Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 43,0 mi refere-se a valores a pagar referentes à participação de empregados (R\$ 40,8 milhões) e dos administradores nos lucros (R\$ 0,8 milhão) de 2024, somados a um saldo não distribuído, no valor de R\$ 1,4 milhões referente ao exercício anterior. Estes pagamentos seguem os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2024 e Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2024. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.945/2016.

## 20. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Em março de 2024 foram recolhidos para a União os valores referentes aos dividendos mínimos relacionados ao encerramento do exercício de 2023, no montante de R\$ 107,1 milhões. Estes valores sofreram correção pela SELIC até a data do seu pagamento, cujo valor atualizado foi de R\$ 109,4 milhões.

Em 9 abril de 2024, posteriormente ao período encerrado e antes da data de autorização para emissão das demonstrações, ocorreu o pagamento de dividendos adicionais a pedido do acionista, no importe de R\$ 149,9 milhões (atualizado até a data do pagamento, o valor foi de R\$ 154,2 milhões). Dessa forma, a distribuição do dividendo do exercício de 2023 atingiu 60% do lucro líquido ajustado.

No encerramento do exercício de 2024 foi registrado como parte da proposta de Destinação do Resultado, o valor de R\$ 163,2 milhões que representa a remuneração mínima obrigatória ao acionista (25% do lucro ajustado).

A critério de informação adicional, o montante total a ser destinado ao acionista é de R\$ 391,8 milhões, considerando os dividendos mínimos obrigatório e os dividendos adicionais propostos, conforme Nota 25.2.3.

## 21. Outras obrigações

Neste grupo estão registradas, basicamente, as contas de adiantamento de clientes e de processo trabalhista a pagar, decorrente de acordos judiciais.

## 22. Obrigações tributárias

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
PASEP/COFINS a recolher	216	507
ISS renegociado	59.430	53.557
IPTU a Recolher	-	6.918
<b>Total</b>	<b>59.646</b>	<b>60.982</b>

### 22.1 ISS renegociado

São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

### 22.2 IPTU a recolher

Refere-se aos impostos com pagamento suspenso em decorrência das ações de imunidade tributária junto às prefeituras, com decisões provisórias. Considerando o atual contexto da Imunidade Tributária do Serpro, não haverá mais o reconhecimento contábil do IPTU, em razão do baixo risco de questionamento pelas administrações tributárias.

## 23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Provisões Judiciais	376.216	397.095
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	336.044	390.459
Provisões Cíveis	39.848	6.620
Provisões Fiscais	324	16
Provisões administrativas	290.681	698.149
<b>Saldo</b>	<b>666.897</b>	<b>1.095.244</b>

### 23.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repectuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Provisões imunidade (ISS e ICMS)	136.749	321.844
Provisões COFINS imunidade	126.452	309.180
Provisões PIS/PASEP imunidade	27.479	67.125
<b>Total</b>	<b>290.680</b>	<b>698.149</b>

As provisões administrativas reduziram em R\$ 407,5 milhões (de R\$ 698,1mi para R\$ 290,7 mi) após encontro de contas entre os saldos em referência e os saldos que os clientes mantinham/mantém em aberto com o Serpro (Nota 2.10.1). Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

## 23.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos pelo CPC 25. Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de sucumbência com desembolso acima de R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que por avaliação jurídica são processos de natureza relevante; e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco, em regra, são inferiores a R\$ 1,2 milhão.

Os processos estratégicos e os não estratégicos podem ser considerados com risco de perda provável ou possível. Os processos estratégicos provisionados, considerados com risco de perda provável, possuem estimativa confiável de seu valor e que se trata de uma obrigação presente, independentemente da fase processual.

Os riscos dos processos estratégicos são atribuídos pelo advogado. Seu o reconhecimento é realizado pela contabilidade, e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo, observando o cálculo homologado, o cálculo incontroverso e o cálculo do SERPRO com base nos pedidos do reclamante, respectivamente. Os processos não estratégicos, considerados como risco de perda provável, são provisionados por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise. Quanto aos riscos de perdas possíveis, os processos não impactam o valor da provisão reconhecido no balanço, mas são monitorados continuamente e divulgados em Nota Explicativa.

### 23.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal*	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2023	6.636	390.459	397.095
Processos que entraram na provisão	30.572	3.258	33.830
Processos que saíram da provisão	(991)	(7.257)	(8.248)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	61	11.617	11.678
Redução nos processos anteriormente provisionados	(39)	(93.831)	(93.870)
Saldo da provisão 31/03/2024	36.239	304.246	340.485
Processos que entraram na provisão	2.637	4.343	6.980
Processos que saíram da provisão	0	(13.900)	(13.900)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	430	7.172	7.602
Redução nos processos anteriormente provisionados	1.928	(15.040)	(13.112)

Saldo da provisão 30/06/2024	41.233	286.822	328.055
Processos que entraram na provisão	0	16.357	16.357
Processos que saíram da provisão	0	(5.011)	(5.011)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.882	15.469	17.351
Redução nos processos anteriormente provisionados	(1.766)	(4.063)	(5.829)
Saldo da provisão 30/09/2024	41.348	309.574	350.923
Processos que entraram na provisão	0	6.061	6.061
Processos que saíram da provisão	0	(6.558)	(6.558)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	2	27.336	27.338
Redução nos processos anteriormente provisionados	(1.178)	(370)	(1.548)
Saldo em 31/12/2024	40.172	336.044	376.216

\*Processos Fiscais somam R\$ 324,1 mil.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados com os cíveis por serem valores imateriais.

### 23.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsado. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração julga que o reembolso é devido e provavelmente certo.

Tipo de ação	Dez/2024	Dez/2023
Sem expectativa de reembolso	253.886	272.911
Com expectativa de reembolso	122.331	124.184
Saldo da provisão	376.217	397.095

Existe um trabalho contínuo para redução do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor.

### 23.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Os processos classificados como possíveis são os intermediários entre o "provável" e o "remoto" e devem ser divulgados em Notas Explicativas, mas não compõe o saldo de provisões judiciais no Balanço Patrimonial. O total de processos possíveis é de 267 processos, correspondendo a R\$ 193,6 milhões.

Risco Processual	Dez/2024		Dez/2023		
	Possível	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis		257	16.763	222	58.900
Processos Trabalhistas		9	152.330	9	143.477
Processos Tributários		1	24.499	3	22.228
Total		267	193.592	234	224.605

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente.

#### 23.2.4. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil e não representa o reconhecimento da empresa da perda destes processos, visto que ainda estão em andamento.

## 24. Benefício a empregados - Pós-emprego

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

Anualmente o SERPRO contrata Consultoria Atuarial para avaliar os benefícios a empregados, como Plano de Previdência Complementar, Plano de Saúde e Programas de Desligamento (PDV). A avaliação realizada sobre os dados de 2024 apontou a necessidade de atualização do Passivo para todos os benefícios, conforme detalhado no quadro a seguir:

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Programas Previdenciários	0	518.246
Plano de Assistência à Saúde	234.475	167.387
Programa de Desligamento	9.538	-
<b>Total</b>	<b>244.013</b>	<b>685.633</b>

Para avaliar os benefícios pós-emprego, o Serpro contrata consultoria atuarial que emite relatório sobre os benefícios pós-emprego. Em 2024 foram avaliados: Programa Previdenciário, Plano de Assistência à Saúde (Plano de Saúde PAS/Serpro) e Programas de Desligamento de empregados.

Como apresentado no quadro, o Passivo relativo ao Programa Previdenciário reduziu o saldo a R\$ 0 (zero), ante os R\$ 518,2 milhões registrados em 2023.

### 24.1 Programas Previdenciários

A Empresa oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

## 24.1.1 Programas Previdenciários

### 24.1.1.1 Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi saldado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são:

- a) Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- b) Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- c) Suplementação de Aposentadoria Especial;
- d) Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente;
- e) Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- f) Suplementação de Auxílio-Doença;
- g) Suplementação de Pensão por Morte;
- h) Suplementação de Auxílio-Reclusão.

O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Autopatrocinados e Participantes Assistidos. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

### 24.1.1.2 Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- a) Aos participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- b) Aos beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- c) Aos designados: pecúlio por morte.

## 24.1.2 Avaliação Atuarial dos planos de benefício (PS-I e PS-II)

### 24.1.2.1 Base de dados

Para a avaliação, foram considerados os dados dos participantes, dos ativos financeiros e obrigações, na data-base de 30/09/2024, sendo projetados para 31/12/2024.

### 24.1.2.2 Hipóteses técnicas e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimação de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 26 e 33 do CPC e as normas do IFRS – International Financial Reporting Standards, adotou-se o método da UCP – Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos, aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na Empresa.

### 24.1.2.3 Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

a) Taxa de Juros a Longo Prazo: Para determinar a taxa de juros de longo prazo para os benefícios pós-emprego do SERPRO, adotamos as taxas de mercado fornecidas pelos títulos do governo federal nos leilões mais recentes, especificamente para um portfólio teórico de NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B com juros semestrais) identificado como IMA-B pela ANBIMA em 31 de dezembro de 2024, comparado ao fluxo de caixa das obrigações de longo prazo sob a metodologia chamada "Duração". A Duração de Macaulay é definida como o prazo médio ponderado das operações por fluxos de caixa e foi aplicada conforme a seguir:

Plano	Duration	Dez/2022
Plano PS-I	7,74 anos	7,63% a.a.
Plano PS-II	8,58 anos	7,48% a.a.
Plano PAS/SERPRO	11,03 anos	7,39% a.a.
Programa de Desligamento	2,59 anos	8,07% a.a.

b) Inflação: De acordo com o Boletim Focus de 27/12/2024, pela Mediana – Método Agregado, a expectativa de inflação para o ano de 2024 é de 4,96%.

c) Taxa Real de Evolução dos Custos Médicos:

c.1) HCCTR – *Health Care Cost Trend Rate*

A premissa HCCTR, no Brasil chamada de “inflação médica”, apresentada pelo IESS – Instituto de Estudos da Saúde Suplementar. Avaliando o histórico de reajustes aplicados nos últimos 5 anos para o SERPRO, foi utilizada a taxa real de 3,00%aa como HCCTR.

c.2) *Aging Factor*

A tarifação de produtos de assistência médica é exponencial em relação à idade de seus beneficiários, razão pela qual os valores das mensalidades são crescentes por faixas etárias. Ainda que a Operadora cobre preços únicos para todos os colaboradores da Empresa, o envelhecimento da massa populacional, causado pela incorporação dos aposentados à apólice, é repassado por meio dos reajustes anuais de contrato. Houve aumento da taxa de *Aging Factor* calculada (saindo de 2,03%aa em 2023 para 2,77%aa em 2024). Até o exercício de 2022 a taxa utilizada estava baseada em projeções de mercado para planos de mesmas características e, a partir do exercício de 2023, o cálculo passou a ser efetuado utilizando a base de dados da própria empresa relativa aos custos médicos do plano e sua população beneficiária.

d) Taxa de rotatividade: A rotatividade foi considerada nula para o Plano PS-I e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PS-II.

e) Fator de capacidade para benefícios e salários: O fator de capacidade é utilizado para medir a perda real do poder de compra de salários e benefícios em função da inflação anual. Na avaliação, foi utilizado o fator de 98%.

### 24.1.3 Resultado da avaliação atuarial

#### 24.1.3.1 Avaliação atuarial – Plano PS-I

Descrição	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
<b>Obrigações no início do exercício</b>	<b>3.077.640</b>	<b>3.383.932</b>	<b>2.933.253</b>
Custo do serviço corrente	-	-	-
Contribuições de participantes ativos	2.666	2.438	-
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	350.656	315.242	361.532
(Ganhos)/Perdas atuariais	191.059	(515.702)	-
(-) Benefícios pagos no ano	(238.089)	(252.657)	(300.096)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>3.383.932</b>	<b>2.933.253</b>	<b>2.994.689</b>
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício</b>	<b>2.784.093</b>	<b>2.865.686</b>	<b>2.941.864</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	317.821	266.524	364.583
Contribuições normais e extraordinárias patronais	27.598	26.885	28.218
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	2.666	2.438	2.559
(-) Benefícios pagos	(238.089)	(252.657)	(300.096)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(28.403)	32.988	-
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>2.865.686</b>	<b>2.941.864</b>	<b>3.037.128</b>
(Déficit)/Superávit apurado	(518.246)	8.611	42.439
(-) <i>Asset Ceiling</i>	-	(8.611)	(42.439)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	-	-	-
<b>(Passivo) a ser reconhecido ao final do exercício</b>	<b>(518.246)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### 24.1.3.1.1 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2024, houve redução completa do passivo atuarial do Plano SERPRO – PS-I, com reflexo direto em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. A motivação principal foi o Ganho Atuarial de R\$ 515,7 milhões e os Ganhos nos Ativos Financeiros no importe de R\$ 33,0 milhões, ambas as informações constantes na coluna “31/12/2024”, no quadro acima. O fator preponderante, conforme relatório da Consultoria Atuarial, está no aumento da taxa de desconto utilizada como referência para os cálculos. A taxa utilizada foi baseada no IMA-B da Anbima, formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais).

A volatilidade das taxas de desconto, estreitamente relacionada ao cenário macroeconômico e às mudanças na curva de juros de mercado. Variações acentuadas nesses indicadores afetam substancialmente o cálculo do valor presente das obrigações, tornando o passivo mais sensível às oscilações conjunturais, o que pôde ser observado na redução do Passivo Atuarial do Plano PS-I, com reflexo no ORA.

### 24.1.3.2. Avaliação atuarial – Plano PS-II

Descrição	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
<b>Obrigações no início do exercício</b>	<b>1.507.926</b>	<b>1.716.481</b>	<b>1.381.206</b>
Custo do serviço corrente	1.616	1.795	1.795
Contribuições de participantes ativos	91.790	3.187	3.431
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	172.837	157.528	168.792
(Ganhos)/Perdas do exercício	81.593	(353.553)	-
(-) Benefícios pagos no ano	(139.281)	(144.232)	(131.806)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>1.716.481</b>	<b>1.381.206</b>	<b>1.423.418</b>
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício</b>	<b>1.810.496</b>	<b>2.125.174</b>	<b>2.271.196</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	218.015	205.921	283.266
Contribuições patronais normais	92.018	3.303	3.555
Contribuições participantes ativos	91.790	3.187	3.430
(-) Benefícios pagos	(139.281)	(144.233)	(162.713)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	52.136	77.844	-
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>2.125.174</b>	<b>2.271.196</b>	<b>2.398.734</b>
(Déficit)/Superávit apurado	408.693	889.990	975.317
(-) <i>Asset Ceiling</i>	(408.693)	(889.990)	(975.317)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	(185)	(191)	-
<b>(Passivo) a ser reconhecido ao final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Pela regra do teto de ativo (*Asset Ceiling*) não é permitido o reconhecimento do *superávit* apurado no plano. Sendo assim, a tabela acima busca evidenciar a movimentação ocorrida no exercício de 2024, sem impactos contábeis.

### 24.2. Programa de Assistência à Saúde – PAS / SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de Autogestão oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex-empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste Plano são divididos em dois grupos, a saber:

**Grupo I** - Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes, assegurando as limitações previstas em Regulamento. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a Referência Salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor

fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

**Grupo II** - Empregados inativos/agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de licença sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano de acordo com as limitações previstas em Regulamento. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

A base de dados utilizada no cálculo atuarial está posicionada em setembro de 2024 e a data-base atuarial é de 31/12/2024.

### 24.2.1 Avaliação Atuarial dos Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Obrigações no início do exercício	260.011	167.388	234.476
Custo do serviço corrente	18.298	7.389	2.369
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	28.795	15.529	28.821
(Ganhos)/Perdas atuariais	(139.716)	44.170	-
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	(7.785)
Obrigações no final do exercício	167.388	234.476	257.881
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	(167.388)	(234.476)	(257.881)

#### 24.2.1.2 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2024, houve aumento no Passivo Atuarial do Plano de Assistência à Saúde - PAS/ SERPRO, no montante total de R\$ 67,1 mi (de R\$167,4 milhões em 2023 para R\$ 234,5 milhões em 2024). O impacto em Outros Resultados Abrangentes foi no total de R\$ 44,2 milhões, reduzindo o Patrimônio Líquido. O fator principal foi o aumento do subsídio apurado, isto é, a participação do Serpro no custeio do Plano.

### 24.3 Programas de Desligamento

O Plano de Demissão Voluntária (PDV), denominado Programa Novos Horizontes, configura-se como uma iniciativa destinada a ajustar o quadro de pessoal do Serpro. Este programa, fundamentado na adesão voluntária, combina incentivos financeiros e sociais para assegurar que o desligamento ocorra de forma estruturada e com suporte adequado.

Os benefícios sociais asseguram que o empregado tenha suporte durante a transição. O incentivo relacionado ao plano de saúde assegura a participação da empresa no custeio por até cinco anos ou até o empregado completar 75 anos de idade, o que ocorrer primeiro.

Após o término do custeio pela empresa, o empregado pode permanecer no plano assumindo integralmente o custo das mensalidades. Dependentes podem permanecer no plano pelo mesmo período ou até perderem a condição de dependência, conforme regulamento vigente.

O incentivo social relacionado ao tíquete alimentação prevê o pagamento de até 60 meses do valor correspondente à participação da empresa, conforme o salário do empregado.

### 24.3.1 Avaliação Atuarial dos Planos de Desligamento

Descrição	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Obrigações no início do exercício	-	-	9.538
Custo do serviço corrente	-	-	-
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	-	-	940
(Ganhos)/Perdas atuariais	-	9.538	-
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	(2.539)
Obrigações no final do exercício	-	9.538	7.939
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	-	(9.538)	(7.939)

## 24.4 Despesas a serem reconhecidas em 2025

Com base na situação passiva apresentada pelo cálculo atuarial para os benefícios pós-emprego, em 2025 não está previsto o reconhecimento de despesas para o Plano PS-I, pois a perspectiva é de ganho atuarial. Os ganhos atuariais (como aquele que resulta de projeções que apontam receitas futuras superiores às despesas do plano) não devem ser reconhecidos diretamente em resultado, pois se tratam de elementos de reavaliação do passivo ou ativo do plano e dependem de premissas e incertezas futuras. Em outras palavras, mesmo que a projeção indique um “ganho” para o próximo exercício, esse efeito atuarial não configura receita disponível para o período corrente, devendo ser incorporado à mensuração dos elementos atuariais, conforme o item 17 do CPC 33.

Para o PAS-SERPRO, a estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, totaliza R\$ 31,2 milhões ao longo do próximo exercício.

Para o Programa de Desligamento, a estimativa do custo dos juros sobre as obrigações atuariais totaliza R\$ 940 mil, a ser reconhecido ao longo do próximo exercício.

## 25. Patrimônio líquido

O aumento no Patrimônio Líquido em R\$ 792,0 milhões reflete, em síntese: a parcela do resultado econômico positivo alcançado em 2024 que permaneceu no PL, como a Reserva Legal, Reserva de Dividendos Adicionais e Reserva de Retenção de Lucros (Nota 25.2.3); além da movimentação positiva de Outros Resultados Abrangentes, decorrentes principalmente dos benefícios pós-emprego (Nota 25.2.4).

### 25.1 Capital social

O capital social do SERPRO é de R\$ 1.786,2 mi (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões e duzentos mil), sem alteração em relação ao ano anterior.

## 25.2 Reservas

### 25.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.509	43.035	(14.618)	92.926
Reversão de alienação		-	-	-
Realização de reserva por depreciação	(1.344)			(1.344)
Atualização Imposto de Diferido			(705)	(705)
<b>Saldo em 31 dezembro de 2024</b>	<b>63.165</b>	<b>43.035</b>	<b>(15.323)</b>	<b>90.877</b>

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 90,9 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

### 25.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão.

#### 25.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 34,3 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 162,7 milhões.

#### 25.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

A reserva aumentou em R\$ 261,2 milhões com nova constituição, cujo saldo totaliza R\$ 432,9 milhões em 2024. A constituição do ano corrente está suportada pelos investimentos futuros aprovados pela Alta Administração. Ressalta-se que o valor de 2023 (saldo de R\$171,8 milhões) poderá ser capitalizado em razão dos investimentos realizados durante o exercício de 2024.

### 25.2.3 Dividendos e Destinação

Os dividendos mínimos para 2024 totalizaram R\$ 163,2 milhões, enquanto os adicionais somam R\$ 228,5 milhões, cuja memória e demais informações da Destinação do resultado constam no quadro a seguir.

Descrição	2024	2023
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	685.156	450.774
(b) Absorção dos prejuízos [art189]	-	-
(c) Participação estatutária [art190]	-	-
(d) LLE após Participações Estatutárias = (a)+(b)+(c)	685.156	450.774
(e) Reserva Legal = (d) x 5% [art193]	34.257	22.540
(f) Realização da Reserva de Reavaliação (Política de Dividendos)	2.049	-
(g) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	-	-
(h) LLE Ajustado após Res. Legal, Realiz. Res. Reav. e AEA = (d) - (e) + (f) +/- (g)	652.948	428.234
<b>(i) JCP/ Dividendos Mínimos obrigatórios (h) x 25%</b>	<b>163.237</b>	<b>107.059</b>
(...) Realização da Reserva de Reavaliação*	0	460
(j) Saldo Remanescente a distribuir = (h) - (i)	489.711	321.635
(k) Reserva de Dividendos Adicionais Propostos	228.532	-
<b>(l) Reserva de Retenção de Lucros</b>	<b>261.179</b>	<b>321.635</b>

\*Realização da Reserva de Reavaliação foi realocada em 2024 para impactar a base de cálculo dos dividendos.

Cumprido destacar que a partir de 2024 a Realização da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 2,0 milhões foi realocada, deixando de constar na base para o “Saldo Remanescente a Distribuir”, para constar na base de cálculo dos Dividendos.

A alteração atende a solicitação do Acionista (União) na Assembleia-Geral Ordinária de 2024 (contas de 2023) e impacta diretamente na **base de cálculo para os Dividendos Mínimos Obrigatórios, que aumentou em R\$ 2,0 milhões**, em comparação com o roteiro de cálculo anterior, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Descrição	2024 (roteiro atual)	2024 (roteiro anterior)	Diferença
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	685.156	685.156	0
(b) Absorção dos prejuízos [art189]	-	-	-
(c) Participação estatutária [art190]	-	-	-
(d) LLE após Participações Estatutárias = (a)+(b)+(c)	685.156	685.156	0
(e) Reserva Legal = (d) x 5% [art193]	34.257	34.257	0
(f) Realização da Reserva de Reavaliação (Política de Dividendos)	2.049	0	2.049
(g) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	-	-	-
(h) LLE Ajustado após Res. Legal, Realiz. Res. Reav. e AEA = (d) - (e) + (f) +/- (g)	652.948	650.899	2.049
<b>(i) JCP/ Dividendos Mínimos obrigatórios (h) x 25%</b>	<b>163.237</b>	<b>162.725</b>	<b>512</b>
(...) Realização da Reserva de Reavaliação	0	2.049	-2.049
(j) Saldo Remanescente a distribuir = (h) - (i)	489.711	490.223	-512
(k) Reserva de Dividendos Adicionais Propostos	228.532	227.815	717
(l) Reserva de Retenção de Lucros	261.179	262.408	-1.229

Vale ressaltar que o valor destinado ao acionista a título de Dividendos totalizou R\$ 391,8 milhões (Obrigatório + Adicionais), representando 60% do Lucro Líquido Ajustado, conforme requerido pela Secretaria do Tesouro Nacional em Ofício encaminhado ao Serpro.

A destinação do resultado está em consonância com o Estatuto Social e com a Política de Dividendos.

#### 25.2.4 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, que variou positivamente R\$ 540,1 milhões, com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO, que variou negativamente R\$ 44,2 milhões em 2024, e com o Programa de Desligamento, com seu reconhecimento inicial negativo em R\$ 9,5 milhões. As variações podem ser observadas na Demonstração do Resultado Abrangente.

## 26. Resultado do exercício

Descrição	Dez/24	Dez/23
Receita Bruta	4.458.139	3.805.343
(-) Deduções	(532.428)	(590.325)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.925.711</b>	<b>3.215.018</b>
Custo dos serviços prestados	(2.261.507)	(1.828.004)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.664.204</b>	<b>1.387.014</b>
Despesas operacionais	(1.053.039)	(1.006.619)
Resultado financeiro	183.993	246.641
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>795.158</b>	<b>627.036</b>
Tributos sobre o lucro	(110.002)	(176.262)
<b>Lucro / Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>685.156</b>	<b>450.774</b>

O resultado líquido de R\$ 685,2 milhões é maior em cerca de R\$ 234,4 milhões, ou seja, 52,0% superior quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo do crescimento da Receita em ritmo superior ao dos gastos. Enquanto a Receita Líquida apresentou crescimento de R\$ 710,7 milhões (22,11%), o Gasto Total apresentou crescimento da ordem de R\$ 479,9 milhões, 16,9%. O Resultado Financeiro contribuiu positivamente para o resultado do período apresentado, mesmo apresentado redução de R\$ 62,6 milhões em relação ao ano anterior (-25,4%).

### 26.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

#### 26.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Dez/2024	Dez/2023
Hospedagem de Aplicações	2.776.920	2.347.158
Desenvolvimento e Manutenção de Software	265.816	258.313
Atendimento a Ambientes de Rede Local	134.940	126.865
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	113.243	107.356
Gestão de Margem Consignável	109.685	97.635
Serpro MultiCloud	102.150	41.446
Datavalid	88.536	81.335
Consulta Online Senatran	86.666	74.875
Consulta CPF	82.177	54.746
Radar - Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito	78.258	38.181
Demais Obrigações de Desempenho	619.748	577.433
<b>Total</b>	<b>4.458.139</b>	<b>3.805.343</b>

## 26.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

	Dez/2024	Dez/2023
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.683.526	1.508.987
MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	697.077	455.000
Ministério dos Transportes	185.495	177.201
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	174.948	156.827
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	167.524	177.179
Diretoria Adm.Logística	88.695	162.444
Secretaria de Gestão e Ensino em Seg Pública	53.940	65.932
Demais Clientes Públicos	619.114	425.250
<b>Total - Clientes Públicos</b>	<b>3.670.319</b>	<b>3.128.820</b>
Total Clientes privados	787.820	676.523
<b>Receita Total</b>	<b>4.458.139</b>	<b>3.805.343</b>

A Receita Bruta obtida ao final de 2024 foi de R\$ 4.458,1 milhões, sendo 17,1% superior ao resultado obtido no mesmo período do exercício anterior (R\$ 3.805,3 milhões). O destaque se deu com as aplicações Serpro MultiCloud e Radar Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito, que mais que dobraram a participação: 146,5% e 105,0%, respectivamente. Os principais clientes continuam a ser do mercado público, em especial a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, conforme elenco descrito no quadro anterior.

## 26.2 Receita Líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 710,7 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Receita bruta	4.458.139	3.805.343
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(532.428)</b>	<b>(590.325)</b>
(-) ISS	(59.498)	(80.927)
(-) PIS / PASEP	(39.513)	(53.084)
(-) COFINS	(182.038)	(244.523)
(-) ICMS	(14)	0
(-) INSS patronal	(166.762)	(167.035)
(-) Descontos concedidos	(3.003)	(864)
(-) Vendas canceladas	(81.600)	(43.892)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.925.711</b>	<b>3.215.018</b>

A redução nas Deduções da Receita ocorre em razão de reflexos da Imunidade Tributária e da desoneração de contratos em que tais tributos foram retirados do preço, ao tempo em que a Receita Bruta aumentou pela ampliação das vendas (novos clientes e mais serviços).

## 26.3 Custos e despesas totais

### 26.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Despesas de Pessoal	(1.415.803)	(1.255.257)
Depreciação/Amortização	(188.173)	(146.237)
Locação	(197.261)	(116.591)
Manutenção	(153.077)	(171.465)
Comunicação	(16.747)	(15.867)
Serviços Profissionais	(57.676)	(49.507)
Serviços Públicos	(21.666)	(16.807)
Operações Tributárias*	6.210	143.862
Créditos Tributários	541.025	145.897
Despesas Tributárias	(534.815)	(2.035)
Materiais	(2.034)	(1.991)
Exploração de Serviços	(199.307)	(194.641)
Outros custos	(15.973)	(3.504)
<b>Totais</b>	<b>(2.261.507)</b>	<b>(1.828.004)</b>

### 26.3.2 Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

Descrição	Despesas com Vendas		Despesas Gerais e Administrativas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Despesas de Pessoal	(241.711)	(194.596)	(600.426)	(551.961)	0	0
Depreciação/Amortização	(1.504)	(1.239)	(37.559)	(42.316)	0	0
Locação	(706)	(160)	(5.636)	(716)	0	0
Manutenção	(6.975)	(5.408)	(13.153)	(16.994)	0	0
Comunicação	(156)	(130)	(1.221)	(1.465)	0	0
Serviços Profissionais	(9.810)	(8.847)	(47.808)	(21.368)	0	0
Serviços Públicos	(3.397)	(2.438)	(3.471)	(5.122)	0	0
Créditos a Receber	40.340	(30.403)	0	0	0	0
Operações Tributárias	(116)	(290)	(5.814)	(2.052)	0	0
Créditos Tributários	0	0	0	0	0	0
Despesas Tributárias	(116)	(290)	(5.814)	(2.052)	0	0
Materiais	(108)	(40)	(271)	(635)	0	0
Resultado com ações judiciais	0	0	(58.557)	(105.039)	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0	0	0
Outras despesas	(21.051)	(3.665)	(12.065)	(9.225)	(21.864)	(2.510)
<b>Totais</b>	<b>(245.194)</b>	<b>(247.216)</b>	<b>(785.981)</b>	<b>(756.893)</b>	<b>(21.864)</b>	<b>(2.510)</b>

### 26.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados (nota 26.3.1) somados às despesas operacionais (nota 26.3.2), apresentado de forma comparativa.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Despesas de Pessoal	(2.257.940)	(2.001.814)
Depreciação/Amortização	(227.237)	(189.792)
Locação	(203.604)	(117.467)
Manutenção	(173.206)	(193.867)
Comunicação	(18.124)	(17.461)
Serviços Profissionais	(115.294)	(79.722)
Serviços Públicos	(28.534)	(24.367)
Créditos a Receber	40.340	(30.403)
Operações Tributárias	280	141.520
Créditos Tributários	541.025	145.897
Despesas Tributárias	(540.745)	(4.377)
Materiais	(2.413)	(2.666)
Resultado com ações judiciais	(58.557)	(105.039)
Exploração de Serviços	(199.307)	(194.567)
Outros	(70.951)	(18.977)
<b>Totais</b>	<b>(3.314.547)</b>	<b>(2.834.622)</b>

Houve um crescimento de R\$ 479,9 milhões do gasto total (16,93%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior. Este percentual de crescimento dos Gastos Totais tem variação menor que o crescimento de receita líquida de todos os segmentos de atuação (OGU, NOGU e PRIVADO), a qual foi de 22,11%.

Destacam-se: (i) Pessoal com crescimento de 12,8% (R\$256,1 milhões), ocasionado por eventos funcionais (ACT, anuênio, promoção), realização do PDV (R\$ 8,6 milhões), aplicação de ganho real de 1% no ACT de 2023/2024, entrada de novos concursados e aumento dos gastos com benefício de assistência à saúde; (ii) reconhecimento de impacto atuarial de R\$ 45,6 milhões no PAS/SERPRO e Previdência Complementar (R\$ 36,8 milhões); (iii) aumento em custeio (locação, manutenção, comunicação, serviços profissionais e serviços públicos) de 24,5% (R\$ 105,9 milhões), devido à aumento nos gastos com Locação (+R\$86,1 milhões), aumento nos Serviços Profissionais Contratados (+R\$35,6 milhões); (vi) Depreciação e Amortização, com crescimento de 19,7% (R\$ 37,4 milhões); e (v) Crescimento da exploração de serviços (base de dados de clientes) da ordem de 2,40% (R\$ 4,7milhões), devido à maior utilização da base de dados de clientes, com destaque para MGI e SRFB, para a prestação de serviços junto ao mercado privado que se destacou pela ampliação de novos clientes no exercício de 2024.

Em contrapartida, a conta de PECLD apresentou redução de R\$ 96,9 milhões quando comparada ao mesmo período do ano anterior, devido à diminuição, sobretudo, das perdas incorridas, fruto do encontro de contas efetuado junto aos clientes possibilitando a baixa de faturas em aberto.

## 26.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Dez/2024	Dez/2023
Juros sobre aplicações financeiras	141.467	185.431
Atualização sobre créditos tributários	11.004	15.705
Multas e juros de clientes	29.594	13.291
Atualização de depósitos judiciais (alvarás)	12.619	34.906
Atualização de créditos junto à EFPC	8.120	18.506
Outras receitas financeiras	9.098	4.685
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>211.902</b>	<b>272.524</b>

Despesas Financeiras	Dez/2024	Dez/2023
Atualização de dividendos	6.657	12.921
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	10.104	7.169
Variações cambiais	1.162	2.901
Descontos concedidos a clientes	8.276	1.267
Outras despesas financeiras	1.710	1.625
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>27.909</b>	<b>25.883</b>

Resultado Financeiro	183.993	246.641
----------------------	---------	---------

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, da redução nos rendimentos das aplicações financeiras (-R\$43,6 milhões), devido à redução no saldo total aplicado em relação à 2023. Outro aspecto que contribuiu para a redução das receitas financeiras foram as atualizações de depósitos judiciais e créditos, que em conjunto, apresentaram queda de R\$ 32,7 milhões.

Contribuindo para a redução de 25,40% (-R\$62,5 milhões) no Resultado Financeiro observa-se o acréscimo nas despesas financeiras (+7,82% / R\$ 2,0 milhões) em comparação ao exercício de 2023, tendo como principal fator o aumento nos descontos concedidos à clientes.

## 26.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

### 26.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
IRPJ e CSLL correntes	(17.817)	(159.895)
IRPJ e CSLL diferidas	(92.185)	(16.367)
<b>Total</b>	<b>(110.002)</b>	<b>(176.262)</b>

### 26.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	795.158	627.036
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(270.354)	(213.192)
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>252.537</b>	<b>53.297</b>
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	129.144	91.032
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	174.146	(29.969)
Juros sobre capital próprio	52.350	36.400
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(79.414)	30.780
Outras adições e exclusões	(28.345)	(80.166)
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica	4.656	3.994
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	-	1.226
<b>(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)</b>	<b>(17.817)</b>	<b>(159.895)</b>
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal		(30.780)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	(92.185)	14.413
<b>(d) Total dos Tributos Diferidos</b>	<b>(92.185)</b>	<b>(16.367)</b>
<b>(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)</b>	<b>(110.002)</b>	<b>(176.262)</b>
<b>Alíquota efetiva (Total / Lucro)</b>	<b>-13,83%</b>	<b>-28,11%</b>

A redução da alíquota efetiva em 14,28 p.p de 2023 (28,11%) para 2024 (13,83%) decorre, principalmente: (i) da variação das diferenças temporárias entre os dois exercícios, motivada sobretudo pela reversão de provisões tributárias (nota 23.1), com impacto de 12,79 p.p na redução da alíquota efetiva; (ii) da redução de R\$ 152,3 milhões despesas/receitas não dedutíveis, cujos impostos estão registrados em outras adições e exclusões no quadro acima, com impacto de 9,21 p.p sobre a alíquota efetiva, causada principalmente pelo reconhecimento de perdas indedutíveis de créditos junto a clientes em 2023.

Por outro lado, os efeitos foram atenuados em 9,99 p.p pela redução do imposto corrente em R\$ 79,4 milhões devido ao prejuízo fiscal apurado no exercício 2024, sem a constituição de ativo fiscal diferido.

### 26.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Dez/2024	%	Dez/2023	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	795.158		627.036	
<b>Adições/Exclusões</b>	<b>(135.304)</b>		<b>(180.973)</b>	
Tributos com exigibilidade suspensa	33.802		71.032	
Realização de Reserva de Reavaliação	1.344		297	
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	169		187	
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	21.812		2.432	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(192.431)		(254.921)	
<b>Lucro Líquido ajustado a atribuir</b>	<b>659.854</b>		<b>446.063</b>	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	516.577	78,286	364.127	81,6313
Lucro atribuído ao Setor Privado	143.277	21,713	81.936	18,3687
<b>IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público</b>	<b>129.144</b>		<b>91.032</b>	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 516,6 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 129,1 milhões do IRPJ corrente no exercício de 2024.

### 26.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2023	DRE	PL	Dez/2024
<b>(a) Passivo fiscal diferido – Circulante</b>	<b>(20.095)</b>	<b>20.095</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(19.951)	19.951		0
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(144)	144		0
<b>(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>315.869</b>	<b>(86.383)</b>	<b>(66.331)</b>	<b>163.155</b>
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	53.971	310		54.281
Passivo atuarial	93.193	(21.450)	(66.331)	5.412
Provisões sobre imunidade tributárias	97.846	(52.922)		44.924
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	28.414	(13.723)		14.691
Provisões trabalhistas	22.357	3.450		25.807
Medidas compensatórias	17.071	(4.876)		12.195
Outras provisões	3.017	2.828		5.845
<b>(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>(47.000)</b>	<b>(25.897)</b>	<b>0</b>	<b>(72.896)</b>
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	0	(22.296)		(22.295)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(16.879)	(771)		(17.650)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.618)	(705)		(15.323)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(15.503)	(2.125)		(17.628)
<b>(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)</b>	<b>268.869</b>	<b>(112.280)</b>	<b>(66.331)</b>	<b>90.259</b>
<b>(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)</b>	<b>248.774</b>	<b>(92.185)</b>	<b>(66.331)</b>	<b>90.259</b>

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 90,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 163,2 milhões) e o passivo fiscal diferido (não circulante, R\$ 72,9 milhões, sendo o circulante valor zero). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

### 26.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	795.158	795.158	0
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(270.354)	(270.354)	-
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>252.537</b>	<b>202.807</b>	<b>49.730</b>
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	202.807	202.807	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	129.144	-	129.144
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	(79.414)	-	(79.414)
<b>(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)</b>	<b>(17.817)</b>	<b>(67.547)</b>	<b>49.730</b>

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 49,7 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público e a não constituição do crédito diferido de R\$ 79,4 milhões sobre o prejuízo fiscal, como demonstrado a seguir.

O reflexo da apuração dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais:

Descrição	Com Imunidade		Sem imunidade	
	Prejuízo fiscal	AFD Não constituído	Prejuízo fiscal	AFD Não constituído
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Prejuízo fiscal apurado em dez/2024	(317.766)	(79.442)	-	-

Deste modo, o reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ para 2024 total foi de R\$ 129,1 milhões, considerando os efeitos dos tributos correntes (R\$ 49,7 milhões) e dos tributos diferidos (R\$ 79,4 milhões), que serão compensados para os próximos períodos.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

## 27. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpros – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

### 27.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

#### 27.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - Balanço

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Letras Tesouro Santa Catarina		122.179		
Retenções e repasses			292	
Contribuições Paritárias			1.856	
Ações de Cobrança			13.344	
Benefícios Pós-Emprego				0
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>122.179</b>	<b>15.492</b>	<b>0</b>

#### 27.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	Despesas / Receitas
Contribuições à EFPC	(140.920)
Provisões Matemáticas	(48.718)
Reversão de Provisões Matemáticas (benefícios pagos)	26.884
Incorporação de Créditos - EFPC	229
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	8.120
<b>Total</b>	<b>(154.405)</b>

### 27.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição			Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Paulo Mendonça Júnior	x	
	Conselheiro	Kleber Pereira dos Santos	x	
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x	
	Conselheiro	Luiz Antônio Martins		x
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva		x
	Conselheiro	André Gianini		x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente	Mauro Roberto Simião*		x
	Conselheiro	Ana Maria Mallmann Costi*		x
	Conselheiro	Georges Leitão dos Santos	x	
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x	

			Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x	
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes	x	

\*Mauro Roberto Simião se encontra afastado provisoriamente, sendo substituído pela Conselheira Ana Maria Mallmann Costi.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

## 27.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

### 27.2.1 – Operações de venda

O faturamento do Serpro com as entidades Partes Relacionadas, em 2024, somou R\$ 3,3 bilhões. A relação dos 10 maiores, que representam 93,4% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta em 2024	Valores em aberto 2024	Valores em aberto anos anteriores	Valores em aberto TOTAL
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.683.526	290.743	3.640	294.383
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	697.077	155.926	1.577	157.503
Ministério dos Transportes	185.495	566	0	566
Secretaria do Tesouro Nacional	174.948	17	0	17
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	167.524	3.840	1.960	5.801
MF Diretoria de Adm. Log.	88.695	28.763	3.281	32.045
Ministério da Justiça e Segurança Pública	53.940	8.891	1.311	10.202
Dnit-Departamento Nacional de Infraest.	32.429	8.642	1.069	9.712
Caixa Econômica Federal	30.508	244	211	455
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	26.581	2.280	34	2.314
Demais Clientes	222.586	28.965	3.509	32.475
<b>Total</b>	<b>3.363.309</b>	<b>528.879</b>	<b>16.594</b>	<b>545.473</b>

Cabe destacar que, dos valores em aberto de anos anteriores, foram recuperados por meio do Encontro de Contas (NE 2.10.1) o importe de R\$ 89,6 milhões que estavam em discussão com os clientes na Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, estrutura da Advocacia-Geral da União.

Os valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	Dez/2024	%
Créditos a receber de clientes a vencer	130.625	24%
Vencidos até 30 dias	85.816	16%
Vencidos de 31 a 60 dias	5.483	1%
Vencidos de 61 a 90 dias	29.184	5%
Vencidos de 91 a 180 dias	101.159	19%
Vencidos de 181 a 365 dias	176.612	32%
Vencidos mais de 365 dias	16.594	3%
<b>Total</b>	<b>545.473</b>	<b>100%</b>

Há ainda as Medidas Compensatórias, que são valores que o Serpro devolve a alguns clientes. Decorrem da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores apurados em 2024 estão apresentados a seguir:

Medidas Compensatórias  
em 2024

Secretaria da Receita Federal do Brasil	41.497
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	27.996
Ministério dos Transportes	129.459
<b>Total</b>	<b>198.952</b>

### 27.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Federal, o excedente de caixa (Nota 4) e os depósitos judiciais efetuados a pedido da justiça (Nota 10), cujos saldos consolidados constam nos quadros a seguir.

	Banco do Brasil (31/12)	Caixa Econômica Federal (31/12)
Saldo de Aplicações	958.703	991.594
Saldos de Depósitos Judiciais	202.479	216.957

Os saldos de aplicações, no encerramento do exercício, somaram R\$1,7 bilhão, com rendimentos líquidos de R\$60,3 no Banco do Brasil e R\$ 51,1 milhões na CEF. A aplicação dos saldos de caixa em fundos de investimentos extramercado administrados pela CEF ou BB se dá em conformidade com o Art. 3º do Decreto-Lei 1.290/1973, regulamentado por meio da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

#### Decreto-Lei 1.290/1973

Art. 3º É vedada às entidades referidas no artigo anterior a aplicação de disponibilidades financeiras em títulos de renda fixa, outros que não títulos do Tesouro Nacional, ou em depósitos bancários a prazo.

#### Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil

Art. 2º A aplicação das disponibilidades (...) somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução.

Quanto aos depósitos judiciais/recursais, os valores pagos pelo Serpro totalizam R\$ 202,5 milhões sob custódia do Banco do Brasil. O importe de R\$ 216,9 milhões permanece sob custódia da Caixa Econômica Federal, inclusive os depósitos recursais realizados antes de novembro de 2017 (R\$28,8 milhões), que se encontram em contas vinculadas ao FGTS dos empregados litigantes.

### 27.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Durante 2024 foram emitidos R\$ 243,3 milhões em NRs, cujos 10 primeiros órgãos em maior volume financeiro (96,8% do total), encontram-se elencados a seguir:

Órgãos	Ressarcimentos em 2024
Secretaria da Receita Federal	179.468
Ministério da Gestão e Inovação	17.631
Advocacia-Geral da União	17.592
Presidência da República	6.647
Ministério do Trabalho e Previdência	5.419
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	4.191
Ministério Público da União	1.518
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	1.079
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	942
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	918
Demais Clientes	7.908
<b>Total</b>	<b>243.313</b>

Os valores a receber, ainda em aberto, constam registrados no Ativo, tanto circulante quanto não circulante:

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Ressarcimento - Folha de pagamento	54.322	57.564
Ressarcimento - Sentenças judiciais	52	52
<b>Total Circulante</b>	<b>54.374</b>	<b>57.616</b>
Ressarcimento - Sentenças judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	124.183	124.183
<b>Total Não Circulante</b>	<b>279.825</b>	<b>279.825</b>

Os valores referentes à folha de pagamento (R\$ 54,3 milhões) e às Sentenças Judiciais (R\$ 155,6 milhões) estão detalhados a seguir, por órgão:

Órgão Cessionário	Folha de Pagamento (31/12)	Sentenças Judiciais (31/12)
Secretaria da Receita Federal	36.783	155.592
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	4.900	
Ministério da Gestão e Inovação	3.058	
Advocacia-Geral da União	2.891	
Presidência da República	1.182	
Outros	5.443	50
<b>Total</b>	<b>54.257</b>	<b>155.642</b>

#### 27.2.4 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 290,7 milhões registrados no passivo como provisão administrativa, ante os R\$ 698,1 milhões registrados em 2023. O saldo é referente aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. Durante o exercício de 2024, o Serpro realizou junto aos clientes públicos o chamado 'Encontro de Contas' e a concessão de descontos, consumindo em R\$ 535,0 milhões a provisão em referência.

Os clientes que mais se beneficiaram do expediente foram a Receita Federal do Brasil (R\$ 440,4 milhões), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (R\$ 43,0 milhões) e Ministério da Gestão e Inovação (R\$ 51,4 milhões).

A Administração pretende realizar os valores ainda pendentes (R\$290,7 milhões) por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas.

### 27.2.5 – Demais transações com a União

Em razão da otimização do uso de espaços, vários órgãos da Administração Pública se instalaram em imóveis do Serpro, assim como o Serpro também se vale da utilização de espaços de outros órgãos, com o compartilhamento dos custos operacionais.

Na tabela a seguir constam os principais órgãos a quem o Serpro cedeu suas instalações, mediante rateio dos custos:

Parte Relacionada (órgão cliente)	Valor
Agência Nacional de Transportes Terrestres	1.619
Ministério da Saúde	1.285
Instituto Nacional do Seguro Social	1.226
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	834
Agência Nacional de Mineração	550
Defensoria Pública da União	463
Agência Brasileira de Inteligência	386
Agência Nacional de Aviação Civil	219
Instituto Chico Mendes de Conservação	88
Caixa Econômica Federal	34
<b>Total</b>	<b>6.704</b>

### 27.3 – Pessoas Físicas ou Jurídicas ligadas aos empregados e corpo diretivo

O Serpro mantém lista com a relação de empregados e dirigentes, bem como das pessoas a eles ligadas até o grau de parentesco exigido pela legislação. Mantém, também, a relação de Pessoas Jurídicas que tenham participação de alguma das pessoas anteriormente citadas.

Não foram identificadas transações relevantes entre o Serpro e pessoas físicas ou jurídicas constantes da citada lista.

## 28. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

### 28.1 Remunerações

Os valores pagos no ano de 2024 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

### 28.1.1 Valores pagos

Remuneração	2024
Empregados	1.365.341
Diretores	2.788
Conselho de Administração	250
Conselho Fiscal	155
Comitê de Auditoria	181
<b>Valores pagos</b>	<b>1.368.715</b>

### 28.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 45.227,93. O valor computa, além das rubricas salariais, na média de R\$ 38.255,14, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração foi de R\$ 51.050,78 e a menor foi de R\$ 30.412,36, também considerando vantagens e benefícios, e excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 44.722,08 para o Diretor Presidente e de R\$ 39.355,44 para os demais diretores. Para o cálculo da média, os períodos trabalhados parcialmente foram considerados na sua proporcionalidade. No mês de maio para os diretores do quadro o total de R\$ 204.772,43 a título de Remuneração Variável de anos anteriores, enquanto para ex-diretores o montante alcançou R\$ 203.425,49.

### 28.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa uma média de R\$ 4.346,56. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representaram uma média de R\$ 5.443,90 em dezembro.

### 28.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.221,11 a R\$ 58.472,89. A média salarial para esses cargos é de R\$ 14.641,38. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 6.816,66 e R\$ 47.609,83 e média de R\$ 23.814,05. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 15.802,53.

## 28.2 Empregados

Descrição	Dez/2024
Número de empregados	7.560
Quadro Interno	6.159
Quadro Externo	1.401

## 28.3 Benefícios

Descrição	2024
Assistência Médica	145.596
Assistência Odontológica	386
Auxílio Alimentação	69.314
Auxílio Creche	5.789
Auxílio Filhos Especiais	5.314
Previdência Complementar	116.367
Auxílio Transporte	343
<b>Soma Global</b>	<b>343.109</b>

## 29. Cobertura de seguros

em milhares de R\$				
Seguradora Contratada	Sompo Seguros S.A.	KOVR Seguradora SA	Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A	Generali Brasil Seguros
Ativo	Responsabilidade Civil Profissional	Responsabilidade Civil D&O	Vida	Patrimonial
Tipo de Cobertura	Serviço de cobertura de seguro de responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital do SERPRO.	Responsabilidade civil na modalidade D&O (Directors and Officers), abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice.	Cobertura Securitária aos sinistros motivados por morte, acidente, invalidez permanente ou parcial para o grupo segurável de empregados do Serpro (630) e estagiários (20).	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raio, desmoronamento, danos elétricos e coberturas acessórias para os imóveis e conteúdos (equipamentos, mobiliário e materiais).
Valor anual contrato	23	95	32	375
Valor total assegurado	1.000	10.000	20 mil/vida (morte ou invalidez); 3,5 mil/vida (despesas médicas)	1.376.247

## 30. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

### 30.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

Assim, em atendimento ao disposto no Art. 8º, § 2º, II da Lei 13.303/2016, divulga-se abaixo o resultado consolidado das operações efetuadas a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, ou seja, relativas aos contratos firmados com o setor público.

	Geral	Setor Público
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.925.711</b>	<b>3.158.396</b>
Custo dos serviços prestados	(2.261.507)	(2.020.398)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.664.204</b>	<b>1.137.998</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>	<b>(1.053.039)</b>	<b>(908.377)</b>
Despesas com vendas	(245.194)	(160.726)
Despesas gerais e administrativas	(785.981)	(728.154)
Outras despesas e receitas operacionais	(21.864)	(19.497)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>611.165</b>	<b>229.621</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>183.993</b>	<b>145.989</b>
Receitas financeiras	211.902	170.484
Despesas financeiras	(27.909)	(24.495)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>795.158</b>	<b>375.610</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(110.002)</b>	<b>(60.440)</b>
Correntes	(17.817)	(14.335)
Diferidos	(92.185)	(46.105)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>685.156</b>	<b>315.170</b>

As operações com tais características podem ser observadas na Nota Explicativa 26.1.2 - quanto aos clientes públicos, e na Nota Explicativa 27.2.1 - que apresenta as operações comerciais com órgãos federais.

## 30.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.

**Alexandre Gonçalves de Amorim**  
Diretor-Presidente

**Alexandre Brandão Henriques Maimoni**  
Diretor Jurídico, de Gestão e Riscos

**Alexandre Gonçalves de Amorim - Interino**  
Diretor de Negócios, Governos e Mercados

**Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca**  
Diretora de Negócios Econômico-Fazendários

**Wilton Itaguara Gonçalves Mota**  
Diretor de Operações

**Osmar Quirino da Silva**  
Diretor de Administração e Finanças

**Ermes Ferreira Costa Neto**  
Diretor de Pessoas

**Vitor Patrocínio Sacramento**  
Contador – CRC MG-098786/O-3